



## EDITAL

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b> <b>017/2026</b> <b>90017/2026 – Comprasgov</b></p> <p><b>TIPO: MENOR PREÇO</b> <b>UASG: 987745</b> <b>SRP: 012/2026</b></p>	<p><b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b></p> <p><b>Até 08 h 59 min do dia 08/04/2026</b></p> <p>Início da sessão / disputa de lances: <b>09 h 00 min do dia 08/04/2026</b></p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	--

### 1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual contratação de empresa especializada, regularmente constituída como **CLÍNICA VETERINÁRIA** e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS BÁSICOS, exames laboratoriais e exames de imagem**, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/PR.

### 2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente processo licitatório é de R\$ 1.382.047,99 (Um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, quarenta e sete reais e noventa e nove centavos).

### 3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Ana Paula Pinheiro da Silveira e equipe de apoio, designadas pelo Decreto Municipal n.º 1.203/2025, servidores(as) do(a) Município de Paranaguá:

- E-mails: [ana.silveira@paranagua.pr.gov.br](mailto:ana.silveira@paranagua.pr.gov.br) e [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br)
- Telefones: (41) 3721-1810 – ramal 2
- Endereço: Rua Júlia da Costa, 322, Centro Histórico – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná
- O atendimento será feito no horário das 08h30min às 11 h e das 13h30min às 17h59min.

### 4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

#### 4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por e-mail indicado no item 3 ou em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

As respostas ficarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

#### 4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico,



observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

**4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso aos autos via sistema.

**5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**5.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**5.3** A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 4.319/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



### **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

#### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

#### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo do unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) do(s) lots/item(ns), nesta fase, serão desclassificados, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

**2.2** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO do lote.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) do(s) lote/item(ns), nesta fase, serão desclassificados.

#### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

#### **4 PROPOSTA PARCIAL:**

**4.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

#### **5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:**

**5.1** Não haverá reserva de lotes para ME/EPP, o certame está dividido em 5 lotes para ampla concorrência.

**5.2** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

#### **6 AMOSTRA:**

**6.1** Não será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

#### **7 GARANTIA:**

**7.1** Não será exigida garantia contratual, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

#### **8 CONSÓRCIO:**

**8.1** Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

#### **9 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato Administrativo;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.



- Anexo X – Declaração LGPD.
- Anexo XI – Regramento para elaboração do programa de integridade.

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Município <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Município de Paranaguá, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio do telefone **0800.978.9001** (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Município de Paranaguá implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do lote e dos itens;

**4.1.2** Marca, quando for o caso;

**4.1.3** Fabricante, quando for o caso;

**4.1.4** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

### **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

**5.10** A etapa de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

**5.10.1** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 5.10, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**5.10.2** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 5.10 e no item 5.10.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o critério de julgamento, conforme o caso: ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.10.3** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou pregoeiro(a), quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, em prol da consecução do melhor preço, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

**5.10.4** Após o reinício previsto no item 5.10.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.10.5** Encerrada a etapa de que trata o item 5.10.4, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo critério de julgamento.

**5.11** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.12** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**5.13** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.14** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.15** O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**5.18** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo controlado pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.21** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.22** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.23** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.24** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.24.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.24.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.24.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.24.2.

**5.25** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 92 e 93 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**6.3** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 4.319/2023, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.6** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.6.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.6.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, planilhas ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.7** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha e/ou proposta de preços deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.7.1** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha e/ou proposta de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

**6.7.2** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.3** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.4** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.9** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.10** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.10.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.11** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.12** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Paranaguá, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor total, os preços unitários e totais por lote e seus itens, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até **duas casas decimais** após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Paranaguá convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

**11.2** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, nos termos de que dispõe §4º do Art. 298, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e nos termos do disposto nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

**11.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do §5.º do Art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.3** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas ou no Diário Oficial dos Municípios, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, e ter seus quantitativos renovados nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

**11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam

compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.5** No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 e 316 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços somente para os seguintes órgãos: Câmara Municipal de Paranaguá, Paranaguá Previdência, Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral o Paraná - Cagepar, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital.**

**11.6** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.7** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Decreto Municipal.

**11.7.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata, depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**11.7.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, acumulado nos últimos 12 meses, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.7.2.1** O reajuste deverá ser requerido pelo contratado do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**11.7.2.2** O transcurso do período citado no item 11.7.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## **12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal da Transparência do Município de Paranaguá, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao cadastro do CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) pode ser consultado no Portal da Transparência do Governo Federal.

**12.4** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 4.319/2023, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.4.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.4.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.5** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.6** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.



**12.7** O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo(a) Secretário(a) Municipal requisitante e pelo(a) fiscal de contrato, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

**12.7.1** É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

**12.7.2** A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos ou serviços executados não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

**12.8** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**12.9** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### 13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 4.319/2023.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Municipal n.º 4.319/2023, e na Lei n.º 14.133/2021.

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

## **14 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**14.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**14.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**14.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**14.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**14.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.10** O foro é o da Comarca de Paranaguá/PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Paranaguá, 18 de março de 2026.

**CHRISTIANARA SANTOS ROSA**  
Secretária Municipal de Serviços urbanos





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)**

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada, regularmente constituída como clínica veterinária e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, para a prestação de serviços clínicos veterinários básicos, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/Pr, conforme condições, especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1						
EXAMES LABORATORIAIS						
item	código	unidade	quantidade	descrição do serviço	valor unitário	valor total
1	63932	UND	300	HEMOGRAMA COMPLETO	93,37	28.011,00
2	65423	UND	20	URINÁLISE + COLETA POR CISTOCENTESE	140,56	2.811,20
3	65424	UND	150	PERFIL 1: HEMOGRAMA COMPLETO + ALT FA, GGT, CREATININA, UREIA, PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	211,67	31.750,50
4	65425	UND	100	PERFIL 2: HEMOGRAMA COMPLETO + ALT AST, FA, BILIRRUBINAS TOTAIS E FRAÇÕES, PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES, UREIA, CREATININA, CALCIO, FÓSFORO, SÓDIO + URINALISE COM COLETA POR CISTOCENTESE	446,00	44.600,00
5	65426	UND	100	PERFIL 3: HEMOGRAMA COMPLETO +ALT, FA, GGT, CREATININA, UREIA, PROTEINAS TOTAIS E FRACÇOES, GLICOSE, COLESTEROL E TRIGLICERÍDEOS	279,33	27.933,00
6	65427	UND	20	CULTURA BACTERIANA E ANTIBIOGRAMA	190,14	3.802,80
7	61464	UND	50	CULTURA FUNGICA	173,33	8.666,50
8	61462	UND	20	CITOLOGIA	195,63	3.912,60
TOTAL DO LOTE 1						151.487,60
LOTE 2						
EXAMES DE IMAGEM						
item	código	unidade	quantidade	descrição do serviço	valor unitário	valor total
9	58440	UND	12	ELETROCARDIOGRAMA COM EMISSÃO DE LAUDO	196,67	2.360,04
10	65428	UND	10	RADIOGRAFIA SIMPLES – 1 PROJEÇÃO – COM EMISSÃO DE LAUDO	213,33	2.133,30
11	65429	UND	10	RADIOGRAFIA SIMPLES – 2 PROJEÇÕES- COM EMISSÃO DE LAUDO	302,50	3.025,00
12	65430	UND	10	RADIGRAFIA – 3 PROJEÇÕES – COM EMISSÃO DE LAUDO	533,33	5.333,30
13	58441	UND	60	ULTRASSOM ABDOMINAL – COM EMISSÃO DE LAUDO	241,32	14.479,20
14	11057	UND	5	ECOCARDIOGRAMA	333,33	1.666,65
TOTAL DO LOTE 2						28.997,49



LOTE 3						
PROCEDIMENTOS CIRURGICOS						
item	código	unidade	quantidade	descrição do serviço	valor unitário	valor total
15	58445	UND	10	OTOHEMATOMA – até 10kg	559,74	5.597,40
16	61661	UND	5	OTOHEMATOMA – de 10,01kg a 20kg	637,24	3.186,20
17	61662	UND	5	OTOHEMATOMA – acima de 20,01kg	732,35	3.661,75
18	65431	UND	10	OSTEOSSINTESE DE SINFISE MANDIBULAR – até 10kg	1.600,00	16.000,00
19	65432	UND	5	OSTEOSSINTESE DE SINFISE MANDIBULAR – de 10,01kg a 20kg	1.800,00	9.000,00
20	65433	UND	5	OSTEOSSINTESE DE SINFISE MANDIBULAR – acima de 20kg	2.025,00	10.125,00
21	61456	UND	25	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR – até 10kg	966,09	24.152,25
22	61657	UND	5	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR – de 10,01kg a 20kg	1.134,92	5.674,60
23	61658	UND	5	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR – acima de 20,01kg	1.390,70	6.953,50
24	65434	UND	5	PROLAPSO DE GLÂNDULA DE TERCEIRA PALPEBRA – até 10kg	1.085,00	5.425,00
25	65435	UND	5	PROLAPSO DE GLÂNDULA DE TERCEIRA PALPEBRA – de 10,01kg a 20kg	1.212,50	6.062,50
26	65436	UND	5	PROLAPSO DE GLÂNDULA DE TERCEIRA PALPEBRA – acima de 20,01kg	1.382,50	6.912,50
27	65437	UND	5	SONDAGEM ESOFÁGICA	482,50	2.412,50
28	65438	UND	10	NODULECTOMIA	1.225,00	12.250,00
29	65439	UND	5	CONCHECTOMIA TERAPEUTICA	830,00	4.150,00
30	65440	UND	10	CESARIA COM OVARIOHISTERECTOMIA – até 10kg	1.128,67	11.286,70
31	61506	UND	10	CESARIA COM OVARIOHISTERECTOMIA – de 10,01kg a 20kg	1.308,50	13.085,00
32	61507	UND	5	CESARIA COM OVARIOHISTERECTOMIA – acima de 20,01kg	1.542,20	7.711,00
33	65441	UND	10	ORQUIECTOMIA DE CRITORQUIDA – até 10kg	600,00	6.000,00
34	65442	UND	5	ORQUIECTOMIA DE CRITORQUIDA – de 10,01kg a 20kg	771,25	3.856,25
35	65443	UND	5	ORQUIECTOMIA DE CRITORQUIDA – acima de 20,01kg	882,50	4.412,50
36	61435	UND	12	DESOBSTRUÇÃO URETAL FELINA	490,00	5.880,00
37	65444	UND	5	MASTECTOMIA PARCIAL – até 10kg	1.222,25	6.111,25
38	61510	UND	10	MASTECTOMIA PARCIAL – de 10,01kg a 20kg	1.444,50	14.445,00
39	61511	UND	5	MASTECTOMIA PARCIAL – acima de 20,01kg	1.666,00	8.330,00
40	58459	UND	5	MASTECTOMIA TOTAL UNILATERAL – até 10kg	1.308,00	6.540,00
41	61512	UND	10	MASTECTOMIA TOTAL UNILATERAL – de 10,01 kg até 20kg	1.467,00	14.670,00
42	61513	UND	5	MASTECTOMIA TOTAL UNILATERAL – acima de 20kg	1.626,00	8.130,00
43	58460	UND	5	PIOMETRIA - até 10kg	952,38	4.761,90



44	61516	UND	15	PIOMETRIA - de 10,01kg a 20kg	1.070,70	<b>16.060,50</b>
45	61518	UND	5	PIOMETRIA - acima de 20,01kg	1.206,00	<b>6.030,00</b>
46	58461	UND	5	PROLAPSO DE ÚTERO – até 10kg	1.039,42	<b>5.197,10</b>
47	61519	UND	5	PROLAPSO DE ÚTERO – de 10,01kg a 20kg	1.168,42	<b>5.842,10</b>
48	61520	UND	5	PROLAPSO DE ÚTERO – acima de 20kg	1.377,41	<b>6.887,05</b>
49	61432	UND	10	PROLAPSO DE VAGINA – até 10kg	1.009,42	<b>10.094,20</b>
50	61521	UND	5	PROLAPSO DE VAGINA – de 10,01kg a 20 kg	1.088,42	<b>5.442,10</b>
51	61522	UND	5	PROLAPSO DE VAGINA – acima de 20,01kg	1.277,41	<b>6.387,05</b>
52	61430	UND	20	PROLAPSO DE RETO – até 10kg	797,42	<b>15.948,40</b>
53	61486	UND	5	PROLAPSO DE RETO – de 10,01kg a 20kg	852,42	<b>4.262,10</b>
54	61487	UND	5	PROLAPSO DE RETO – acima de 20,01kg	1.045,41	<b>5.227,05</b>
55	61442	UND	5	AMPUTAÇÃO DE CAUDA – FINS CORRETIVOS – até 10kg	832,50	<b>4.162,50</b>
56	61490	UND	5	AMPUTAÇÃO DE CAUDA – FINS CORRETIVOS – de 10,01kg a 20kg	948,75	<b>4.743,75</b>
57	61491	UND	5	AMPUTAÇÃO DE CAUDA – FINS CORRETIVOS – acima de 20kg	1.072,50	<b>5.362,50</b>
58	58466	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO ANTERIOR – até 10kg	1.311,63	<b>19.674,45</b>
59	61492	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO ANTERIOR – de 10,01kg a 20kg	1.539,45	<b>23.091,75</b>
60	61493	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO ANTERIOR – acima de 20,01kg	1.824,00	<b>27.360,00</b>
61	58467	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO POSTERIOR – até 10kg	1.295,00	<b>19.425,00</b>
62	61494	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO POSTERIOR – de 10,01kg a 20kg	1.506,11	<b>22.591,65</b>
63	61495	UND	15	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO POSTERIOR – acima de 20,01kg	1.784,00	<b>26.760,00</b>
64	65445	UND	40	CONSULTA ESPECIALIZADA. CIRURGIAS TRAUMÁTICAS E ORTOPÉDICAS	260,00	<b>10.400,00</b>
65	61441	UND	50	DIÁRIAS COM MEDICAMENTO + ALIMENTAÇÃO (SIMPLES E ESPECIAL) + CURATIVO – CIRURGIAS TRAUMÁTICAS E ORTOPÉDICAS	225,00	<b>11.250,00</b>
66	65446	UND	10	INTERNAÇÃO 24H/DIÁRIA POR ATÉ 10 DIAS – INCLUSO MEDICAÇÃO, ALIMENTAÇÃO (NORMAL E ESPECIAL)	1.392,50	<b>13.925,00</b>
67	58470	UND	15	OSTEOSSINTESE DE FEMUR – até 10kg	1.733,50	<b>26.002,50</b>
68	61498	UND	15	OSTEOSSINTESE DE FEMUR – de 10,01kg a 20kg	1.933,75	<b>29.006,25</b>
69	61499	UND	15	OSTEOSSINTESE DE FEMUR – acima de 20,01	2.186,25	<b>32.793,75</b>
70	61436	UND	15	OSTEOSSINTESE DE RADIO E ULNA – até 10kg	1.783,50	<b>26.752,50</b>
71	61500	UND	10	OSTEOSSINTESE DE RADIO E ULNA – de 10,01kg a 20kg	2.008,25	<b>20.082,50</b>
72	61501	UND	10	OSTEOSSINTESE DE RADIO E ULNA – acima de 20,01kg	2.261,25	<b>22.612,50</b>
73	61437	UND	15	OSTEOSSINTESE DE TIBIA – até 10kg	1.808,50	<b>27.127,50</b>
74	61502	UND	15	OSTEOSSINTESE DE TIBIA – de 10,01kg a 20kg	1.976,00	<b>29.640,00</b>



75	61503	UND	10	OSTEOSSINTESE DE TIBIA – acima de 20,01kg	2.190,00	21.900,00
76	61438	UND	15	OSTEOSSINTESE DE UMEROS – até 10kg	1.833,50	27.502,50
77	61504	UND	15	OSTEOSSINTESE DE UMEROS – de 10,01kg a 20kg	2.058,50	30.877,50
78	61505	UND	10	OSTEOSSINTESE DE UMEROS – acima de 20,01kg	2.240,00	22.400,00
79	65447	UND	5	CORREÇÃO DE FRATURA DE Pelve – até 10kg	2.025,00	10.125,00
80	65448	UND	5	CORREÇÃO DE FRATURA DE Pelve – de 10,01kg a 20kg	2.211,25	11.056,25
81	65449	UND	5	CORREÇÃO DE FRATURA DE Pelve – acima de 20,01kg	2.520,00	12.600,00
<b>TOTAL DO LOTE 3</b>						<b>863.385,80</b>
<b>LOTE 4</b>						
<b>PROCEDIMENTOS E INTERNAMENTOS</b>						
<b>item</b>	<b>código</b>	<b>unidade</b>	<b>quantidade</b>	<b>descrição do serviço</b>	<b>valor unitário</b>	<b>valor total</b>
82	61447	UND	80	CONSULTA CLÍNICA EM HORÁRIO DE PLANTÃO – ENTRE 18h e 08h, sábado após as 12h, domingos e feriados, com aplicação de medicação antibiótico, analgésico ou anti-inflamatório	210,50	16.840,00
83	65450	UND	80	CONSULTA CLÍNICA EM HORÁRIO NORMAL – com aplicação de medicação antibiótico, analgésico ou anti-inflamatório	116,50	9.320,00
84	65451	UND	150	FLUIDOTERAPIA ATÉ 12H (CÃES E GATOS)	124,56	18.684,00
85	65452	UND	30	TRANSFUSÃO SANGÜÍNEA – CÃES E GATOS	633,33	18.999,90
86	65453	UND	150	DIÁRIA DE INTERNAMENTO PARA CÃES. Incluindo medicação, alimentação e curativos)	200,92	30.138,00
87	65454	UND	150	DIÁRIA DE INTERNAMENTO PARA GATOS. Incluindo medicação, alimentação e curativos)	180,92	27.138,00
88	54548	UND	30	EUTANÁSIA ATÉ 10kg	294,23	8.826,90
89	65455	UND	30	EUTANÁSIA DE 10,01kg a 20kg	349,23	10.476,90
90	65456	UND	30	EUTANÁSIA ACIMA DE 20,01kg	443,03	13.290,90
91	65457	UND	15	RETIRADA DE ESPINHO DE OURIÇO	522,50	7.837,50
92	65458	UND	150	SUTURA DE PELE OU CURATIVO	472,50	70.875,00
<b>TOTAL DO LOTE 4</b>						<b>232.427,10</b>
<b>LOTE 5</b>						
<b>INTERNAMENTO DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS</b>						
<b>item</b>	<b>código</b>	<b>unidade</b>	<b>quantidade</b>	<b>descrição do serviço</b>	<b>valor unitário</b>	<b>valor total</b>
93	65506	und	150	DIÁRIA DE INTERNAMENTO PARA ANIMAIS COM DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS – até 10kg	210,00	31.500,00
94	65507	SER	150	DIÁRIA DE INTERNAMENTO PARA ANIMAIS COM DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS – de 10,01kg a 20kg	235,00	35.250,00
95	65508	SER	150	DIÁRIA DE INTERNAMENTO PARA ANIMAIS COM DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS – acima de 20kg	260,00	39.000,00
<b>TOTAL DO LOTE 5</b>						<b>105.750,00</b>

**TOTAL GERAL DE TODOS OS LOTES (1+2+3+4+5)**

**1.382.047,99**

- 1.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.382.047,99 (hum milhão, trezentos e oitenta e dois mil, quarenta e sete reais e noventa e nove centavos).
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, constante no item 4.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal nº 4319/2023.
- 1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da ata, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.5.1. Trata-se de serviços de natureza continuada.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e do ETP.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e compreende Registro de Preços para contratação de empresa especializada, regularmente constituída como clínica veterinária e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, para a prestação de serviços clínicos veterinários básicos, destinados a animais em situação de abandono, em situação de vulnerabilidade no Município de Paranaguá/PR.

## **3.2. Do ciclo de vida do objeto e garantia de qualidade do objeto**

Não se aplica.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

### **Dos Critérios de Sustentabilidade**

- 4.1. Deverão ser adotadas todas as ações necessárias para que a contratação cause o menor dano possível ao meio ambiente, conforme medidas indicadas em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

### **Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s) como referência, característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

### **Da Subcontratação**

- 4.3. Não será admitida a sub-contratação.

### **Do Parcelamento**

- 4.4. Considerando a justificativa constante no item nº 8 do Estudo Técnico Preliminar, será adotado o parcelamento dos itens deste Termo de Referência, considerando a natureza do objeto já que as demandas podem ser atendidas por fornecedores distintos conforme divididos nos lotes.

### **Do Orçamento Público ou Sigiloso**

- 4.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Sob a ótica da razoabilidade e proporcionalidade, com intuito de favorecer a ampla participação dos licitantes, estimular competição, promover maior transparência e controle social, e ainda, atender aos princípios da publicidade, da isonomia e da economicidade previstos no art. 5º e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, opta-se pela adoção do ORÇAMENTO PÚBLICO, o qual se mostra como a escolha mais adequada e alinhada às boas práticas de governança, transparência e eficiência na Gestão Pública.

### **Da Garantia da Contratação**

4.6. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

#### **5. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)**

5.1. Do conceito de animal doméstico: Consideram-se animais domésticos, aqueles que possuem características apropriadas para a convivência com os seres humanos em seus lares, sem representar risco à vida ou ao meio ambiente. Para este processo licitatório, serão considerados os animais domésticos cães e gatos.

5.2. Da Classificação de Porte Animal:

- Pequeno porte: até 10 kg
- Médio porte: 10,1 a 25 kg
- Grande porte: acima de 25 kg

#### **5.3. Dos itens e modo de execução:**

##### **5.3.1. Consulta Veterinária:**

Conceito: é o ato clínico realizado por profissional legalmente habilitado em Medicina Veterinária, inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), com a finalidade de avaliar o estado de saúde do animal, por meio da anamnese (histórico clínico relatado pelo tutor ou responsável), exame físico geral e, quando necessário, avaliação clínica direcionada a sistemas orgânicos específicos.

##### **5.3.1.1 Da execução do serviço:**

**Do agendamento:** Serão agendadas previamente pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, após avaliação técnica pelo Médico Veterinário.

A empresa contratada terá até 2 dias úteis para realização da consulta após o encaminhamento.

Durante a consulta, o profissional poderá:

- Identificar sintomas clínicos;
- Emitir hipóteses diagnósticas;
- Prescrever medicamentos ou exames complementares (imagem ou laboratoriais);
- Estabelecer conduta terapêutica ou indicar encaminhamento para procedimento específico.

A consulta poderá abranger:

- a) Casos clínicos, como infecções cutâneas, parasitoses, sintomas respiratórios ou gastrointestinais leves;
- b) Avaliações pós-operatórias;
- c) Situações emergenciais, com abordagem inicial de estabilização;
- d) Avaliação pré-cirúrgica;
- e) Consulta de triagem para animais resgatados, antes de serem direcionados a internação, tratamento ou eutanásia, conforme o caso.

A consulta deverá ser registrada em prontuário clínico individualizado, com as seguintes informações mínimas: Data e horário; Nome e identificação do animal (ou, quando aplicável, características físicas); Nome do tutor ou responsável (se houver); Nome e número do CRMV do médico veterinário que realizou o atendimento; Anamnese e exame físico; Diagnóstico (ou suspeita diagnóstica); Prescrição terapêutica e/ou exames solicitados; Observações adicionais.

A consulta será realizada presencialmente na sede da clínica contratada, em ambiente apropriado, limpo, arejado, com equipamentos mínimos exigidos pelas normas da Vigilância Sanitária e do CRMV, respeitando os princípios da biossegurança e do bem-estar animal.

##### **5.3.2. Consulta veterinária - Regime de Plantão:**

Conceito: consiste no atendimento clínico emergencial realizado fora do horário comercial padrão, ou seja, em período noturno, fins de semana, feriados ou em horários previamente definidos pela Administração Pública como extraordinários, com o objetivo de prestar assistência imediata a animais



em estado crítico, com risco iminente à vida ou à saúde, ou em situações de urgência que não podem aguardar o horário regular de atendimento.

#### **5.3.2.1. Da execução do serviço:**

Esse tipo de consulta deve ser conduzido por profissional médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV/PR), sendo prestada em ambiente clínico adequado, devidamente licenciado, com estrutura compatível para estabilização e condução de emergências clínicas e traumáticas.

Durante a consulta em regime de plantão, o médico veterinário deverá:

- a) Realizar anamnese (quando possível), exame físico completo e triagem de emergência;
- b) Executar procedimentos imediatos para alívio da dor, controle de hemorragias, reanimação, administração de medicamentos ou hidratação de urgência;
- c) Indicar internação, cirurgia de emergência, eutanásia ou outros encaminhamentos clínicos, conforme o caso;
- d) Emitir, se necessário, parecer técnico ou laudo emergencial, e registrar todos os procedimentos realizados.

A consulta em plantão deverá ser formalmente autorizada e controlada pelo Médico Veterinário responsável da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio de canal oficial de comunicação (plantão da Secretaria competente ou fiscalização municipal), devendo ser documentada com os seguintes registros: Data e hora do chamado e do atendimento; Identificação do animal e da situação clínica; Nome do servidor responsável pela autorização do atendimento; Nome e número de inscrição do veterinário executor; Procedimentos realizados e conduta médica adotada; Prontuário clínico completo, assinado e arquivado.

Essa modalidade de consulta é remunerada com valor diferenciado, tendo em vista: A disponibilidade integral e contínua do serviço fora do horário padrão; A exigência de resposta rápida e eficaz em situações críticas; O custo adicional operacional da clínica em regime de plantão (equipe de sobreaviso, energia, insumos, entre outros).

Do prazo para atendimento após o chamado em casos de atendimentos considerados urgentes:

O prazo para atendimentos deverá ser de até 2 horas após chamado oficial da Prefeitura.

Da justificativa para atendimento do chamado em até 2 horas: A definição do prazo máximo de até 2 (duas) horas para resposta e atendimento presencial dos chamados realizados em regime de plantão ou em casos de urgência, fundamenta-se em critérios técnicos, clínicos, logísticos e operacionais, com o objetivo de assegurar a efetividade da assistência veterinária emergencial, proteger a vida e o bem-estar dos animais e garantir a eficiência dos recursos públicos investidos.

O atendimento em regime de plantão destina-se exclusivamente a situações urgentes e emergenciais, como traumas, envenenamentos, hemorragias, distúrbios neurológicos súbitos, partos distócicos, entre outros quadros clínicos que apresentam risco iminente à vida ou ao agravamento irreversível da condição de saúde do animal. Nessas circunstâncias, a demora no atendimento pode resultar em morte, sofrimento prolongado ou agravamento da enfermidade, contrariando os princípios da dignidade animal e da boa prática clínica.

A política pública de atendimento veterinário gratuito no Município de Paranaguá/PR, estabelece como premissa a prestação contínua e resolutive dos serviços. O atendimento emergencial é componente essencial dessa política, e sua eficácia depende diretamente da prontidão da clínica contratada em responder aos chamados no menor tempo possível, com base em critérios de segurança, logística e previsibilidade.

O prazo de até 2 (duas) horas é compatível com os padrões adotados em contratos públicos similares, nos quais a clínica contratada permanece em regime de sobreaviso (plantão técnico), devendo manter

estrutura mínima pronta para deslocamento e recebimento de urgência. Tal exigência é técnica e operacionalmente viável.

Dessa forma, a exigência de prazo máximo de 2 (duas) horas entre o chamado e o atendimento em regime de plantão é tecnicamente justificável, legalmente adequada e operacionalmente compatível com a natureza da contratação, sendo indispensável para garantir a efetividade da política pública municipal de proteção e bem-estar animal.

### **5.3.3. Internamento**

Conceito: Internamento veterinário consiste na permanência contínua do animal nas dependências da clínica contratada, por período superior a 12 horas, com o objetivo de monitoramento clínico, administração de medicamentos, realização de exames, cuidados intensivos, acompanhamento pós-operatório ou estabilização de quadro clínico grave, sob responsabilidade direta e contínua de profissional médico veterinário.

O internamento poderá ser prescrito em decorrência de:

- Quadro clínico agudo ou crônico que demande observação contínua;
- Condições pós-cirúrgicas que exijam suporte hospitalar;
- Realização de procedimentos terapêuticos ou diagnósticos sequenciais;
- Situações de risco iminente à vida ou à saúde do animal que não possam ser tratadas em regime ambulatorial.

#### **5.3.3.1. Da Execução:**

Durante o período de internamento, a clínica contratada deverá:

- a) Manter monitoramento clínico periódico, com registros evolutivos no prontuário do animal;
- b) Realizar a administração de medicamentos, fluidoterapia ou nutrição enteral/parenteral, conforme o caso;
- c) Garantir cuidados de conforto, assepsia e alimentação;
- d) Possuir infraestrutura com equipamentos adequados (gaiolas, bombas de infusão, suporte para oxigenoterapia, termômetro, materiais de primeiros socorros, etc.);
- e) Garantir a presença de profissional técnico e supervisão veterinária durante o período de internação.

Cada diária de internamento corresponderá ao período de 24 horas, devendo ser formalmente registrada em prontuário clínico, com indicação da data de entrada, evolução clínica, procedimentos realizados e alta médica (quando houver), sendo o pagamento condicionado à comprovação documental dos serviços prestados.

O serviço de internamento está vinculado a encaminhamento médico-veterinário, seja após consulta clínica, plantão emergencial, cirurgia ou outro atendimento que justifique a necessidade de hospitalização.

### **5.3.4. Eutanásia**

Conceito: Eutanásia veterinária é o procedimento clínico, realizado de forma humanitária e ética, exclusivamente por médico veterinário, destinado a provocar a morte assistida e indolor de um animal, quando esgotadas todas as possibilidades terapêuticas e comprovado, por laudo técnico, que o quadro clínico é irreversível, seja por sofrimento extremo, doença terminal incurável ou risco iminente à saúde pública.

A eutanásia somente será realizada mediante laudo veterinário, nos casos de sofrimento irreversível, doenças terminais ou risco à saúde pública. A destinação final do cadáver é de responsabilidade da empresa, conforme normas (RDC nº 222/2018 da ANVISA; CONAMA nº 358/2005).

#### **5.3.4.1. Da execução:**

A execução da eutanásia deverá observar rigorosamente os seguintes critérios:



- a) Ser precedida de laudo técnico emitido pelo médico veterinário responsável, fundamentando a decisão com base em exame clínico detalhado e, se necessário, exames complementares;
- b) Estar justificada por quadro de sofrimento irreversível, enfermidade grave e incurável (ex.: neoplasias terminais, doenças infectocontagiosas de risco zoonótico ou degenerativas incuráveis), debilidade extrema com perda de funções vitais, ou risco à coletividade (ex.: zoonoses de alto potencial de disseminação);
- c) Ser realizada mediante uso de protocolo farmacológico apropriado, de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), visando à morte sem dor, sem estresse e sem sofrimento desnecessário;
- d) Ser acompanhada de registro formal no prontuário clínico do animal, contendo a identificação do animal, justificativa técnica, medicamentos utilizados, data, horário e identificação do profissional executor.
- e) A destinação final do cadáver é de responsabilidade da empresa contratada, devendo seguir as normas técnicas e ambientais aplicáveis, especialmente: Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, que trata do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e estabelece os critérios para o descarte de animais mortos;
- f) Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e destinação dos resíduos dos serviços de saúde, vedando o descarte em locais inapropriados ou sem tratamento adequado.
- g) A clínica deverá manter contrato ou convênio com empresa licenciada para o recolhimento e incineração de resíduos biológicos, emitindo, sempre que solicitado, comprovantes da destinação final do cadáver e dos resíduos oriundos do procedimento, a fim de assegurar o cumprimento da legislação ambiental e sanitária vigente.

#### **5.3.5. Ultrassom:**

Conceito: Ultrassom veterinário é um exame complementar de diagnóstico por imagem, que utiliza ondas sonoras de alta frequência para produzir imagens em tempo real dos órgãos e tecidos internos de cães e gatos, tanto machos quanto fêmeas.

O exame de ultrassonografia possibilita a avaliação detalhada de estruturas como:

- a) Abdômen (fígado, baço, rins, bexiga, intestinos, pâncreas);
- b) Sistema reprodutor (útero, ovários, testículos, próstata);
- c) Linfonodos e outras massas;
- d) Alterações morfológicas, tumores, cistos, inflamações e outras patologias.

##### **5.3.5.1. Execução:**

O procedimento é não invasivo, indolor e seguro, sendo fundamental para:

- a) Diagnóstico precoce e acompanhamento de doenças internas;
- b) Avaliação pré-operatória e monitoramento pós-operatório;
- c) Investigação de causas de alterações clínicas apresentadas pelo animal, como vômitos, dor abdominal, distensão, entre outras.

A realização do ultrassom inclui:

- a) Preparação do animal (jejum, dependendo da área a ser examinada);
- b) Posicionamento adequado para otimização das imagens;
- c) Execução do exame com técnica apropriada para cada espécie e sexo;
- d) Interpretação clínica e emissão de relatório formal.

#### **5.3.6. Exame de Raio-X (Radiografia veterinária)**

Conceito: É um procedimento de diagnóstico por imagem, que utiliza radiação ionizante para produzir imagens bidimensionais dos ossos, órgãos e estruturas internas de cães e gatos.

Este exame é fundamental para:

- a) Avaliação de fraturas ósseas, luxações e deformidades;
- b) Diagnóstico de doenças pulmonares, como pneumonia, tumores ou pneumotórax;
- c) Análise do tórax e abdômen para identificar massas, corpos estranhos, alterações estruturais ou patologias diversas;

- d) Investigação de causas de claudicação, dor, traumas e outras condições clínicas;
- e) Planejamento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-operatório.

#### **5.3.6.1. Execução:**

A radiografia deve ser realizada em ambiente clínico adequado, com equipamentos devidamente calibrados e operados por equipe qualificada, assegurando:

- a) Aplicação das normas de biossegurança e proteção radiológica para o animal, operador e terceiros;
- b) Posicionamento correto do animal para obtenção de imagens claras e diagnósticas;
- c) Registro e arquivamento das imagens e laudos em prontuário clínico.

O exame inclui:

- a) Preparação do animal, conforme necessidade (como jejum ou sedação);
- b) Realização das incidências radiográficas indicadas para o caso clínico;
- c) Interpretação técnica e emissão de laudo radiológico detalhado.

#### **5.3.7. Hemograma**

Conceito: Hemograma completo é um exame laboratorial de sangue realizado para avaliar quantitativa e qualitativamente os componentes sanguíneos de cães e gatos, incluindo machos e fêmeas, com o objetivo de fornecer informações essenciais para diagnóstico clínico, monitoramento de saúde e acompanhamento terapêutico.

##### **5.3.7.1. Execução:**

O exame inclui a análise dos seguintes parâmetros:

- a) Contagem de glóbulos vermelhos (eritrócitos), hemoglobina, hematócrito e índices eritrocitários, que indicam a capacidade de transporte de oxigênio e possíveis anemias;
- b) Contagem e diferenciação de glóbulos brancos (leucócitos), avaliando infecções, processos inflamatórios, alergias e distúrbios imunológicos;
- c) Contagem de plaquetas, importante para a avaliação da coagulação sanguínea e detecção de distúrbios hemorrágicos.
- d) O hemograma completo é realizado mediante coleta de amostra sanguínea, preferencialmente por punção venosa, em condições assépticas e com materiais adequados, e pode ser processado em laboratório clínico equipado com equipamentos automáticos ou microscópicos.

O exame é fundamental para:

- a) Diagnóstico e monitoramento de doenças infecciosas, inflamatórias, hematológicas e metabólicas;
- b) Avaliação pré-operatória e acompanhamento pós-operatório;
- c) Investigação de sinais clínicos inespecíficos como febre, fraqueza, perda de peso ou sangramentos.

O laudo emitido deverá conter os valores quantitativos dos parâmetros sanguíneos, interpretação técnica e, quando aplicável, recomendações para investigação complementar.

#### **5.3.8. Cirurgia Procedimento Anestésico**

Os serviços descritos neste Termo de Referência serão solicitados, conforme a necessidade da Administração.

Os atendimentos ocorrerão mediante demanda formalizada pela Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria responsável pela execução da política pública de proteção e bem-estar animal, que fará o encaminhamento e controle dos beneficiários.

As cirurgias realizadas deverão seguir protocolos atualizados de boas práticas em medicina veterinária, com atenção especial à segurança anestésica, analgesia adequada e bem-estar animal.

##### **5.3.8.1. Tipos de procedimentos cirúrgicos**

Todos os procedimentos cirúrgicos descritos neste Termo de Referência, bem como cirurgias de urgência e emergência, para atendimento de animais em situação crítica, feridos ou com risco à vida.

- a) Protocolo anestésico: A escolha da técnica anestésica será de responsabilidade do médico-veterinário, devendo ser adequada ao porte, espécie, idade, condição clínica e tipo de procedimento. Poderão ser utilizados protocolos de anestesia inalatória ou injetável, com monitoramento constante dos parâmetros vitais durante toda a cirurgia.
- b) Analgesia e cuidados pós-operatórios: Deverá ser garantido protocolo eficaz de analgesia no pré, trans e pós-operatório, com o objetivo de minimizar a dor. Oferecer acompanhamento no período pós-cirúrgico imediato, incluindo controle de sangramentos, reações adversas e demais intercorrências, responsabilizando-se pela estabilidade do animal antes da liberação.
- c) Estrutura física: As cirurgias deverão ser realizadas em ambiente específico, separado da área de atendimento clínico geral, com instalações adequadas, higienizadas e equipadas conforme as exigências dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária.
- d) Responsabilidade técnica: Todos os procedimentos deverão ser realizados sob responsabilidade de médico-veterinário regularmente inscrito no CRMV/PR, que deverá assinar os registros clínicos e acompanhar a evolução do paciente até sua alta.

A clínica deverá manter registro informatizado individualizado por atendimento, contendo dados do animal, do tutor (quando houver), do procedimento executado, data, profissional responsável e demais informações clínicas relevantes, que deverão constar nos relatórios mensais de prestação de contas.

Os serviços contratados serão prestados em sede física da empresa contratada, em instalações adequadas, compatíveis com a legislação vigente, assegurando conforto, segurança, acessibilidade, ventilação, higiene e biossegurança.

A contratada deverá dispor de:

- Sala de consulta;
- Espaço específico para procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos;
- Equipamentos para exames laboratoriais e por imagem (raio-x, ultrassom), próprios ou por meio de serviços terceirizados
- Sala de medicação e observação;
- Condições para internamento de pequeno, médio e grande porte;
- Sistema de controle sanitário e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RDC nº 222/2018 – ANVISA);
- Equipe qualificada, composta por médico(s) veterinário(s) e auxiliar(es), conforme escala mínima compatível com a demanda contratada.

A contratada deverá garantir atendimento em horário comercial, de segunda a sexta-feira, com disponibilidade de atendimento em regime de plantão aos finais de semana e feriados, quando previamente solicitado e autorizado pela Administração. Os casos emergenciais deverão ser atendidos com prioridade, respeitando os protocolos clínicos e sanitários estabelecidos.

Os serviços serão remunerados por demanda efetivamente atendida, conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, mediante apresentação de relatório mensal, com documentação comprobatória dos atendimentos realizados (fichas clínicas, laudos, registros fotográficos, quando aplicável) e validação da fiscalização municipal.

Caberá à Administração a fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidor designado, o qual acompanhará a execução contratual, analisará os relatórios mensais, validará os pagamentos e poderá solicitar, a qualquer tempo, visitas técnicas, auditorias documentais ou esclarecimentos.

A inobservância das exigências contratuais, sanitárias, éticas ou técnicas implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato administrativo e demais normas aplicáveis, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa do prestador.

**Os serviços compreendem:**

- a) Transporte dos animais (desde a recolha até a soltura) com condicionamento próprio até a clínica veterinária e devolvido a seu local previamente definido;
- b) Internação de um dia antes da cirurgia para realização de procedimento pré-operatório;
- c) Os serviços serão prestados nas dependências da contratada;



- d) Procedimentos cirúrgicos pré-operatório (hemograma completo, avaliação do animal e exames que o clínico considerar necessário (bioquímico, exame de ultrassom) jejum, tricotomia e internação;
- e) Procedimentos cirúrgicos trans-operatório (anestesia geral, técnica de antissepsia nos animais, material cirúrgico higienizado, esterilizado e de uso individual para cada paciente, o cirurgião e seu auxiliar devem estar devidamente paramentados com gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico.
- f) Os campos cirúrgicos utilizados na área cirúrgica devem ser esterilizados e de uso exclusivo por animal e por procedimento.
- g) Procedimentos cirúrgicos pós-operatório: unidade de terapia intensiva caso o animal necessite;

#### **5.3.9. Internamento para doenças infectocontagiosas:**

Conceito: internação de animais com doenças infectocontagiosas (como parvovirose, cinomose, esporotricose, FELV/FIV, etc.) que possua **área de isolamento físico e protocolos rigorosos de biossegurança**.

O internamento poderá ser prescrito em decorrência de:

- Quadro clínico agudo ou crônico que demande observação contínua;
- Condições pós-cirúrgicas que exijam suporte hospitalar;
- Realização de procedimentos terapêuticos ou diagnósticos sequenciais;
- Situações de risco iminente à vida ou à saúde do animal que não possam ser tratadas em regime ambulatorial.

#### **5.3.9.1. Da Execução:**

Durante o período de internamento, a clínica contratada deverá:

- a) Manter monitoramento clínico periódico, com registros evolutivos no prontuário do animal;
- b) Realizar a administração de medicamentos, fluidoterapia ou nutrição enteral/parenteral, conforme o caso;
- c) Garantir cuidados de conforto, assepsia e alimentação;
- d) Possuir infraestrutura com equipamentos adequados (gaiolas, bombas de infusão, suporte para oxigenoterapia, termômetro, materiais de primeiros socorros, etc.);
- e) Garantir a presença de profissional técnico e supervisão veterinária durante o período de internação.

Cada diária de internamento corresponderá ao período de 24 horas, devendo ser formalmente registrada em prontuário clínico, com indicação da data de entrada, evolução clínica, procedimentos realizados e alta médica (quando houver), sendo o pagamento condicionado à comprovação documental dos serviços prestados.

O serviço de internamento está vinculado a encaminhamento médico-veterinário, seja após consulta clínica, plantão emergencial, cirurgia ou outro atendimento que justifique a necessidade de hospitalização.

5.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause ao Município, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do serviço, objeto deste termo de referência, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

5.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

5.6. A prestação dos serviços entrega será acompanhada pelo responsável designado, e o recebimento definitivo será feito após a verificação das exigências citadas no edital e conseqüentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do início da entrega.

5.7. Estando de acordo com o previsto neste termo de referência, os bens serão recebidos definitivamente.

#### **6. Das Obrigações do Contratado:**

6.1. Prestar os serviços sempre que solicitado, dentro do prazo estabelecido, contado do recebimento da Ordem de Serviço.



- 6.2. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, impostos, seguros, taxas, fretes e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado no Termo de Referência.
- 6.3. Assumir integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.
- 6.4. Assumir integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que concerne às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de trabalho previsto na legislação específica, bem como demais encargos que porventura venham a incidir sobre os objetos desta licitação.
- 6.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 6.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 6.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 6.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.
- 6.9. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar os objetos do contrato.
- 6.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência Social e para aprendiz.
- 6.11. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas no processo de licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).
- 6.12. Fornecer pessoal técnico e materiais necessários à fiel execução deste contrato.
- 6.13. Possibilitar ao Município de Iguaraçu, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do CONTRATANTE.
- 6.14. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Município de Paranaguá.
- 6.15. O Município de Paranaguá não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades.
- 6.16. Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do Município de Paranaguá inerentes ao objeto deste Termo de Referência.
- 6.17. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.

## **7. Das Obrigações da Contratante**

- 7.1. Proporcionar todas as condições para que a Detentora da Ata possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 7.2. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Detentora da Ata, notificando-a para proceder à substituição.
- 7.3. Efetuar com pontualidade o pagamento à Detentora da Ata, após o cumprimento das formalidades legais.
- 7.4. Exercer fiscalização sobre o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 7.5. Designará um representante da administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias para o fornecimento dos bens, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.

- 7.7. Receber/dar aceite aos bens e serviços entregues/realizados.
- 7.8. Aprovar e atestar Nota fiscal/Fatura dos materiais, bens entregues, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao pagamento.
- 7.9. Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da Detentora da Ata.
- 7.10. Comunicar à licitante vencedora qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.
- 7.11. Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, como acesso às dependências do Órgão e a disponibilidade das informações pertinentes.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.1.1 Da Fiscalização**

- 8.1.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.1.1.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.1.1.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
- 8.1.1.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.1.1.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.1.1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.1.1.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.1.1.8. Ficam nomeadas como fiscais a Sra. Marcela Budant Franco e a Sra. Sra. Giovanna Lapkoski Bonatto, lotadas na Secretaria Municipal Serviços Urbanos.

### **8.2. Gestor do Contrato**

- 8.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 8.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada,

para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.2.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.2.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.2.8. Fica nomeado como gestora a Sra. Christianara Santos Rosa, Secretária Municipal de Serviços urbanos

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)**

### **9.1. Do Recebimento**

9.1.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, por um dos fiscais técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.1.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.1.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

9.1.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.1.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.1.14. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **9.3. Prazo de pagamento**



9.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite da nota fiscal eletrônica e atesto de entrega dos produtos acompanhados obrigatoriamente de Certidões Negativas de FGTS/UNIFICADA, Certidão Negativa de Tributos Municipais (para empresas sediadas no Município de Paranaguá) e pelo termo de Recebimento assinado por Servidor designado pela Administração deste Município.

9.3.2. O prazo mencionado refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

9.3.3. É de Obrigatoriedade da empresa contratada ao emitir a(s) Notas(s) Fiscal(is), conforme Solicitação(ões) de despesa(s), Enviar para o e-mail da secretaria responsável para o devido empenho.

9.3.4. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)**

#### **10.1 Da modalidade e critério de julgamento**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do lote.

#### **10.2. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **10.3. Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)**

10.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.3.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.3.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário

da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.4.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **10.5. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

#### **10.6. Qualificação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21)**

10.6.1. Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica que comprove experiência da Clínica Veterinária, que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação. O documento deve ser emitido por entidades públicas ou privadas em nome do licitante, acompanhado do contrato de prestação de serviços correspondente, comprovando a aptidão do licitante para executar atividades relativas ao objeto da licitação.

10.6.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.6.4. O Agente de Contratação, ou membros da equipe de apoio, poderão visitar os dirigentes emissores do(s) atestado (s) apresentada (s) no item acima, afim da verificação de sua autenticidade e



dos cumprimentos contratuais. A Comissão de Licitação poderá desclassificar a licitante vencedora, através de despacho fundamentado, caso tenha conhecimento de qualquer fato superveniente, mesmo que conhecido após o julgamento desta licitação que venha aboná-la técnica, financeira ou administrativamente.

- a) Licença de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro do seu prazo de validade;
- b) Licença ambiental (se for o caso)
- c) Certidão de Regularidade com o CRMV/PR (registro de pessoa jurídica e física do responsável técnico pela execução dos serviços);
- d) Contrato de prestação de serviço ou vínculo empregatício com o médico-veterinário responsável Técnico; CFMV nº 1374/2020
- e) Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). Aprovado pela Vigilância Sanitária.
- f) Contrato com empresa especializada para coleta e destinação de resíduos infectantes e no caso de descarte de animais oriundos de eutanásia ou outras situações;

### **10.7. Da Participação de Cooperativas**

10.7.1. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.7.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.7.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.7.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.7.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.7.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **10.8. Declarações**

10.8.1. Deverá apresentar a Declaração Unificada.

10.8.2. Deverá apresentar a Declaração de Observância de Limite de Receita.

### **10.8. Requisitos contratuais**

10.8.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



10.8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.8.2.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.8.3. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

16.7.2331.904.33390390000000000000.1510

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paranaguá, 03 de fevereiro de 2026.

**Christianara Santos Rosa**  
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

1. Segundo entendimento exarado pelo TCU, a publicação do Estudo Técnico Preliminar não é obrigatória. **TCU, Acórdão nº 2.273/2024, do Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 23.10.2024**

## **ANEXO II**

### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, em formato digital em campo próprio do sistema de licitação, deverá entregar/anexar, no prazo máximo de 2 (duas) horas úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida neste Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

a) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

b) dispensada, total ou parcialmente, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

b.1) No caso do item b deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.2** Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**1.4.2.1** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. (STJ, Primeira Turma, AREsp 309867 / ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 08/08/2018. Julgado em 26/06/2018).

## **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência e aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características dos serviços objeto do(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1** Entende-se por compatibilidade das características, a execução de serviços compatíveis com a natureza e a complexidade do objeto deste certame.

**1.5.1.2** Apresentação de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas compatível com a prestação de serviços do(s) lote(s) constantes nesse processo licitatório ou semelhantes.

**1.5.1.3** O atestado deverá estar acompanhado do contrato de prestação de serviços correspondente, comprovando a aptidão do licitante para executar atividades relativas a Clínica Veterinária.

**1.5.2** Licença ou Alvará de Localização e Funcionamento em nome da licitante, emitida pela Sede/Prefeitura da Licitante, com atividade econômica compatível com o objeto licitado;

**1.5.3** Licença Sanitária em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade, emitida por órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal. Nos locais onde o documento acima não é emitido, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado em Diário Oficial;

**1.5.4** Licença Ambiental Simplificada ou Licença de Operação, dentro da validade, expedido pelo IAT ou órgão ambiental competente, referente à prestação de serviços objeto do(s) lote(s) arrematado(s), quando for o caso.

**1.5.5** Certidão de Registro (atualizada) de Pessoa Jurídica, expedida pelo CRMV/PR ou órgão de classe competente, para serviços com características pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

**1.5.6** Certidão de Regularidade (atualizada) do responsável técnico no CRMV/PR ou órgão de classe competente, na qual conste atestado de responsabilidade técnica em serviços com características pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

**1.5.7** Contrato de prestação de serviço ou vínculo empregatício com o médico-veterinário responsável Técnico; CFMV nº 1374/2020.

**1.5.8** Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), aprovado pela Vigilância Sanitária.

**1.5.9** Contrato com empresa especializada para coleta e destinação de resíduos infectantes e no caso de descarte de animais oriundos de eutanásia ou outras situações.

**1.5.10** Declaração do representante legal da empresa de que o estabelecimento possui plena capacidade operacional para a execução dos serviços a serem contratados nas quantidades e condições estabelecidas neste termo e que está em conformidade com as condições estabelecidas nas Resoluções nº 670/2000, nº 962/2010, nº 1015/2012, nº 1.080/2015 e nº 1374/2020, todas do CFMV.

## **1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 2.474, de 2015).

**1.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**1.12** De acordo com o art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**1.12.1** Nos termos de que dispõe o art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021: “*Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*”



**ANEXO III**  
**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017    Ano: 2026    SRP nº 012/2026**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:	Inscrição Estadual :
CNPJ/CPF :	
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade:                      Estado:
Telefone:	Fax:                                      e-mail:
Banco:	Agência:                                      Conta-corrente:

**Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual contratação de empresa especializada, regularmente constituída como CLÍNICA VETERINÁRIA e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS BÁSICOS, exames laboratoriais e exames de imagem, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/PR.**

**1. Especificações técnicas:**

LOTE 1									
EXAMES LABORATORIAIS									
item	código	unidade	quantidade	descrição do serviço	valor unitário	valor total	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
1	63932	UND	300	HEMOGRAMA COMPLETO					
2	65423	UND	20	URINÁLISE + COLETA POR CISTOCENTESE					
(...)									

**2.** A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

**3.** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

**4.** O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

**4.1** as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**4.2** para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

**5.** O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

**6.** O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



## ANEXO IV

### MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

OUTORGANTE

---

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

#### **1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### **2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

#### **3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

#### **4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Que sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**Ou**

( ) Não se aplica ou não se enquadra neste item 5.

## **6. DECLARAÇÃO LGPD**

**Que para os** fins deste, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

## **7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Declaramos não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

## **8. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá-PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é..... sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.

10. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )



11. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, referente ao Pregão Eletrônico Nº xx/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Local e data.

---

Nome do representante legal





**ANEXO VI**

**ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS</b>
<b>Endereço:</b> Rua Júlia da Costa, nº 655, Centro Histórico, CEP 83.203-060, Paranaguá /Pr.
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:semsu@paranagua.pr.gov.br">semsu@paranagua.pr.gov.br</a>

O endereço das Secretarias pode ser consulta no sítio oficial do município de Paranaguá:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>

**ANEXO VII**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

<b>PROCESSO LICITATÓRIO N.º</b>	<b>PROTOCOLO N.º 6.162/2026</b>
<b>DATA DE PUBLICAÇÃO:</b>	<b>VALIDADE DA ATA:</b>

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **contratação de empresa especializada**, regularmente constituída como CLÍNICA VETERINÁRIA e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, **para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS BÁSICOS, exames laboratoriais e exames de imagem**, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/PR, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **contratação de empresa especializada**, regularmente constituída como CLÍNICA VETERINÁRIA e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, **para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS BÁSICOS, exames laboratoriais e exames de imagem**, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/PR, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

**1.1.** Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

**1.2.** Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

**1.3.** Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

**01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote	Item	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quant	Unid	Valor Unitário	Valor Total
1	1						

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

**3.1.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade,

com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

**3.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**3.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

**4.1** A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, acumulado nos últimos 12 meses, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**5.1.2.1** O reajuste deverá ser requerido pelo contratado do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**5.1.2.2** O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR**

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 4.319/2023.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

**10.5** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

**11.1** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital, somente para os seguintes órgãos: Câmara Municipal de Paranaguá, Paranaguá Previdência, Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral o Paraná – Cagepar, e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 4.319/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

**12.1** Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1** Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado Paraná, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

**14.2** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

O Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX é realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Ana Paula Pinheiro da Silveira, designado pelo Decreto n.º 1.203/2025, publicado no DOM de 08/09/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

---

NOME DO SECRETÁRIO(A)  
Secretário(a) Municipal de(o)

---

Ana Paula Pinheiro da Silveira  
Pregoeira





**FORNECEDORES**

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



**Anexo da Ata de Registro de Preços**  
**Cadastro de Reserva**

**PROCESSO LICITATÓRIO PE XX/2026**

**PROTOCOLO 6.162/2026**

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

**ANEXO VIII**  
**MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, neste ato representado pelo(s) Secretário(s) Municipais que abaixo infra-assina(m).

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 4.319/2023, pelo edital do Pregão Eletrônico nº XXX/202X – SRP nº xx/2026 (protocolo nº 6.162/2026) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

**1.1 Contratação de empresa especializada**, regularmente constituída como CLÍNICA VETERINÁRIA e devidamente licenciada pelos órgãos competentes, **para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS BÁSICOS, exames laboratoriais e exames de imagem**, destinados a animais em situação de abandono e abrigados no canil municipal no Município de Paranaguá/PR, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote	XXXX	Descrição do objeto	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
1	Item 1				R\$	R\$
(...)	(...)					

**2 FUNDAMENTO:**

2.1 Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXX, objeto do processo administrativo nº 6.162/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

**3 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1 Os serviços deverão ser executados conforme descrito no Termo de Referência.

**4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

## **5. DO REAJUSTE.**

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE como índice de atualização, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**5.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**5.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**5.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 4.319/2023.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** Os serviços deverão ser executados, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** Do conceito de animal doméstico: Consideram-se animais domésticos, aqueles que possuem características apropriadas para a convivência com os seres humanos em seus lares, sem representar risco à vida ou ao meio ambiente. Para este processo licitatório, serão considerados os animais domésticos cães e gatos.

**7.3** Da Classificação de Porte Animal:

- Pequeno porte: até 10 kg
- Médio porte: 10,1 a 25 kg
- Grande porte: acima de 25 kg

### **7.4 Dos itens e modo de execução:**

#### **7.4.1 Consulta Veterinária:**

Conceito: é o ato clínico realizado por profissional legalmente habilitado em Medicina Veterinária, inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), com a finalidade de avaliar o estado de saúde do animal, por meio da anamnese (histórico clínico relatado pelo tutor ou responsável), exame físico geral e, quando necessário, avaliação clínica direcionada a sistemas orgânicos específicos.

##### **7.4.1.1 Da execução do serviço:**

**Do agendamento:** Serão agendadas previamente pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, após avaliação técnica pelo Médico Veterinário.

A empresa contratada terá até 2 dias úteis para realização da consulta após o encaminhamento.

Durante a consulta, o profissional poderá:

- Identificar sintomas clínicos;
- Emitir hipóteses diagnósticas;
- Prescrever medicamentos ou exames complementares (imagem ou laboratoriais);
- Estabelecer conduta terapêutica ou indicar encaminhamento para procedimento específico.

A consulta poderá abranger:

- a) Casos clínicos, como infecções cutâneas, parasitoses, sintomas respiratórios ou gastrointestinais leves;
- b) Avaliações pós-operatórias;
- c) Situações emergenciais, com abordagem inicial de estabilização;
- d) Avaliação pré-cirúrgica;
- e) Consulta de triagem para animais resgatados, antes de serem direcionados a internação, tratamento ou eutanásia, conforme o caso.

A consulta deverá ser registrada em prontuário clínico individualizado, com as seguintes informações mínimas: Data e horário; Nome e identificação do animal (ou, quando aplicável, características físicas); Nome do tutor ou responsável (se houver); Nome e número do CRMV do médico veterinário que realizou o atendimento; Anamnese e exame físico; Diagnóstico (ou suspeita diagnóstica); Prescrição terapêutica e/ou exames solicitados; Observações adicionais.

A consulta será realizada presencialmente na sede da clínica contratada, em ambiente apropriado, limpo, arejado, com equipamentos mínimos exigidos pelas normas da Vigilância Sanitária e do CRMV, respeitando os princípios da biossegurança e do bem-estar animal.

#### **7.4.2 Consulta veterinária - Regime de Plantão:**

Conceito: consiste no atendimento clínico emergencial realizado fora do horário comercial padrão, ou seja, em período noturno, fins de semana, feriados ou em horários previamente definidos pela Administração Pública como extraordinários, com o objetivo de prestar assistência imediata a animais em estado crítico, com risco iminente à vida ou à saúde, ou em situações de urgência que não podem aguardar o horário regular de atendimento.

##### **7.4.2.1. Da execução do serviço:**

Esse tipo de consulta deve ser conduzido por profissional médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV/PR), sendo prestada em ambiente clínico adequado, devidamente licenciado, com estrutura compatível para estabilização e condução de emergências clínicas e traumáticas.

Durante a consulta em regime de plantão, o médico veterinário deverá:

- a) Realizar anamnese (quando possível), exame físico completo e triagem de emergência;
- b) Executar procedimentos imediatos para alívio da dor, controle de hemorragias, reanimação, administração de medicamentos ou hidratação de urgência;
- c) Indicar internação, cirurgia de emergência, eutanásia ou outros encaminhamentos clínicos, conforme o caso;
- d) Emitir, se necessário, parecer técnico ou laudo emergencial, e registrar todos os procedimentos realizados.

A consulta em plantão deverá ser formalmente autorizada e controlada pelo Médico Veterinário responsável da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio de canal oficial de comunicação (plantão da Secretaria competente ou fiscalização municipal), devendo ser documentada com os seguintes registros: Data e hora do chamado e do atendimento; Identificação do animal e da situação clínica; Nome do servidor responsável pela autorização do atendimento; Nome e número de inscrição do veterinário executor; Procedimentos realizados e conduta médica adotada; Prontuário clínico completo, assinado e arquivado.

Essa modalidade de consulta é remunerada com valor diferenciado, tendo em vista: A disponibilidade integral e contínua do serviço fora do horário padrão; A exigência de resposta rápida e eficaz em



situações críticas; O custo adicional operacional da clínica em regime de plantão (equipe de sobreaviso, energia, insumos, entre outros).

Do prazo para atendimento após o chamado em casos de atendimentos considerados urgentes:

O prazo para atendimentos deverá ser de até 2 horas após chamado oficial da Prefeitura.

Da justificativa para atendimento do chamado em até 2 horas: A definição do prazo máximo de até 2 (duas) horas para resposta e atendimento presencial dos chamados realizados em regime de plantão ou em casos de urgência, fundamenta-se em critérios técnicos, clínicos, logísticos e operacionais, com o objetivo de assegurar a efetividade da assistência veterinária emergencial, proteger a vida e o bem-estar dos animais e garantir a eficiência dos recursos públicos investidos.

O atendimento em regime de plantão destina-se exclusivamente a situações urgentes e emergenciais, como traumas, envenenamentos, hemorragias, distúrbios neurológicos súbitos, partos distócicos, entre outros quadros clínicos que apresentam risco iminente à vida ou ao agravamento irreversível da condição de saúde do animal. Nessas circunstâncias, a demora no atendimento pode resultar em morte, sofrimento prolongado ou agravamento da enfermidade, contrariando os princípios da dignidade animal e da boa prática clínica.

A política pública de atendimento veterinário gratuito no Município de Paranaguá/PR, estabelece como premissa a prestação contínua e resolutive dos serviços. O atendimento emergencial é componente essencial dessa política, e sua eficácia depende diretamente da prontidão da clínica contratada em responder aos chamados no menor tempo possível, com base em critérios de segurança, logística e previsibilidade.

O prazo de até 2 (duas) horas é compatível com os padrões adotados em contratos públicos similares, nos quais a clínica contratada permanece em regime de sobreaviso (plantão técnico), devendo manter estrutura mínima pronta para deslocamento e recebimento de urgência. Tal exigência é técnica e operacionalmente viável.

Dessa forma, a exigência de prazo máximo de 2 (duas) horas entre o chamado e o atendimento em regime de plantão é tecnicamente justificável, legalmente adequada e operacionalmente compatível com a natureza da contratação, sendo indispensável para garantir a efetividade da política pública municipal de proteção e bem-estar animal.

### **7.4.3. Internamento**

Conceito: Internamento veterinário consiste na permanência contínua do animal nas dependências da clínica contratada, por período superior a 12 horas, com o objetivo de monitoramento clínico, administração de medicamentos, realização de exames, cuidados intensivos, acompanhamento pós-operatório ou estabilização de quadro clínico grave, sob responsabilidade direta e contínua de profissional médico veterinário.

O internamento poderá ser prescrito em decorrência de:

- Quadro clínico agudo ou crônico que demande observação contínua;
- Condições pós-cirúrgicas que exijam suporte hospitalar;
- Realização de procedimentos terapêuticos ou diagnósticos sequenciais;
- Situações de risco iminente à vida ou à saúde do animal que não possam ser tratadas em regime ambulatorial.
- 

#### **7.4.3.1. Da Execução:**

Durante o período de internamento, a clínica contratada deverá:

- a) Manter monitoramento clínico periódico, com registros evolutivos no prontuário do animal;
- b) Realizar a administração de medicamentos, fluidoterapia ou nutrição enteral/parenteral, conforme o caso;

- c) Garantir cuidados de conforto, assepsia e alimentação;
- d) Possuir infraestrutura com equipamentos adequados (gaiolas, bombas de infusão, suporte para oxigenoterapia, termômetro, materiais de primeiros socorros, etc.);
- e) Garantir a presença de profissional técnico e supervisão veterinária durante o período de internação.

Cada diária de internamento corresponderá ao período de 24 horas, devendo ser formalmente registrada em prontuário clínico, com indicação da data de entrada, evolução clínica, procedimentos realizados e alta médica (quando houver), sendo o pagamento condicionado à comprovação documental dos serviços prestados.

O serviço de internamento está vinculado a encaminhamento médico-veterinário, seja após consulta clínica, plantão emergencial, cirurgia ou outro atendimento que justifique a necessidade de hospitalização.

#### **7.4.4. Eutanásia**

Conceito: Eutanásia veterinária é o procedimento clínico, realizado de forma humanitária e ética, exclusivamente por médico veterinário, destinado a provocar a morte assistida e indolor de um animal, quando esgotadas todas as possibilidades terapêuticas e comprovado, por laudo técnico, que o quadro clínico é irreversível, seja por sofrimento extremo, doença terminal incurável ou risco iminente à saúde pública.

A eutanásia somente será realizada mediante laudo veterinário, nos casos de sofrimento irreversível, doenças terminais ou risco à saúde pública. A destinação final do cadáver é de responsabilidade da empresa, conforme normas (RDC nº 222/2018 da ANVISA; CONAMA nº 358/2005).

##### **7.4.4.1. Da execução:**

A execução da eutanásia deverá observar rigorosamente os seguintes critérios:

- a) Ser precedida de laudo técnico emitido pelo médico veterinário responsável, fundamentando a decisão com base em exame clínico detalhado e, se necessário, exames complementares;
- b) Estar justificada por quadro de sofrimento irreversível, enfermidade grave e incurável (ex.: neoplasias terminais, doenças infectocontagiosas de risco zoonótico ou degenerativas incuráveis), debilidade extrema com perda de funções vitais, ou risco à coletividade (ex.: zoonoses de alto potencial de disseminação);
- c) Ser realizada mediante uso de protocolo farmacológico apropriado, de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), visando à morte sem dor, sem estresse e sem sofrimento desnecessário;
- d) Ser acompanhada de registro formal no prontuário clínico do animal, contendo a identificação do animal, justificativa técnica, medicamentos utilizados, data, horário e identificação do profissional executor.
- e) A destinação final do cadáver é de responsabilidade da empresa contratada, devendo seguir as normas técnicas e ambientais aplicáveis, especialmente: Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, que trata do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e estabelece os critérios para o descarte de animais mortos;
- f) Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e destinação dos resíduos dos serviços de saúde, vedando o descarte em locais inapropriados ou sem tratamento adequado.
- g) A clínica deverá manter contrato ou convênio com empresa licenciada para o recolhimento e incineração de resíduos biológicos, emitindo, sempre que solicitado, comprovantes da destinação final do cadáver e dos resíduos oriundos do procedimento, a fim de assegurar o cumprimento da legislação ambiental e sanitária vigente.

#### **7.4.5. Ultrassom:**

Conceito: Ultrassom veterinário é um exame complementar de diagnóstico por imagem, que utiliza ondas sonoras de alta frequência para produzir imagens em tempo real dos órgãos e tecidos internos de cães e gatos, tanto machos quanto fêmeas.

O exame de ultrassonografia possibilita a avaliação detalhada de estruturas como:

- a) Abdômen (fígado, baço, rins, bexiga, intestinos, pâncreas);
- b) Sistema reprodutor (útero, ovários, testículos, próstata);
- c) Linfonodos e outras massas;
- d) Alterações morfológicas, tumores, cistos, inflamações e outras patologias.

#### **7.4.5.1. Execução:**

O procedimento é não invasivo, indolor e seguro, sendo fundamental para:

- a) Diagnóstico precoce e acompanhamento de doenças internas;
- b) Avaliação pré-operatória e monitoramento pós-operatório;
- c) Investigação de causas de alterações clínicas apresentadas pelo animal, como vômitos, dor abdominal, distensão, entre outras.

A realização do ultrassom inclui:

- a) Preparação do animal (jejum, dependendo da área a ser examinada);
- b) Posicionamento adequado para otimização das imagens;
- c) Execução do exame com técnica apropriada para cada espécie e sexo;
- d) Interpretação clínica e emissão de relatório formal.

#### **7.4.6. Exame de Raio-X (Radiografia veterinária)**

Conceito: É um procedimento de diagnóstico por imagem, que utiliza radiação ionizante para produzir imagens bidimensionais dos ossos, órgãos e estruturas internas de cães e gatos.

Este exame é fundamental para:

- a) Avaliação de fraturas ósseas, luxações e deformidades;
- b) Diagnóstico de doenças pulmonares, como pneumonia, tumores ou pneumotórax;
- c) Análise do tórax e abdômen para identificar massas, corpos estranhos, alterações estruturais ou patologias diversas;
- d) Investigação de causas de claudicação, dor, traumas e outras condições clínicas;
- e) Planejamento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-operatório.

#### **7.4.6.1. Execução:**

A radiografia deve ser realizada em ambiente clínico adequado, com equipamentos devidamente calibrados e operados por equipe qualificada, assegurando:

- a) Aplicação das normas de biossegurança e proteção radiológica para o animal, operador e terceiros;
- b) Posicionamento correto do animal para obtenção de imagens claras e diagnósticas;
- c) Registro e arquivamento das imagens e laudos em prontuário clínico.

O exame inclui:

- a) Preparação do animal, conforme necessidade (como jejum ou sedação);
- b) Realização das incidências radiográficas indicadas para o caso clínico;
- c) Interpretação técnica e emissão de laudo radiológico detalhado.

#### **7.4.7. Hemograma**

Conceito: Hemograma completo é um exame laboratorial de sangue realizado para avaliar quantitativa e qualitativamente os componentes sanguíneos de cães e gatos, incluindo machos e fêmeas, com o objetivo de fornecer informações essenciais para diagnóstico clínico, monitoramento de saúde e acompanhamento terapêutico.

#### **7.4.7.1. Execução:**

O exame inclui a análise dos seguintes parâmetros:

- a) Contagem de glóbulos vermelhos (eritrócitos), hemoglobina, hematócrito e índices eritrocitários, que indicam a capacidade de transporte de oxigênio e possíveis anemias;
- b) Contagem e diferenciação de glóbulos brancos (leucócitos), avaliando infecções, processos inflamatórios, alergias e distúrbios imunológicos;
- c) Contagem de plaquetas, importante para a avaliação da coagulação sanguínea e detecção de distúrbios hemorrágicos.
- d) O hemograma completo é realizado mediante coleta de amostra sanguínea, preferencialmente por

punção venosa, em condições assépticas e com materiais adequados, e pode ser processado em laboratório clínico equipado com equipamentos automáticos ou microscópicos.

O exame é fundamental para:

- a) Diagnóstico e monitoramento de doenças infecciosas, inflamatórias, hematológicas e metabólicas;
- b) Avaliação pré-operatória e acompanhamento pós-operatório;
- c) Investigação de sinais clínicos inespecíficos como febre, fraqueza, perda de peso ou sangramentos.

O laudo emitido deverá conter os valores quantitativos dos parâmetros sanguíneos, interpretação técnica e, quando aplicável, recomendações para investigação complementar.

#### **7.4.8. Cirurgia Procedimento Anestésico**

Os serviços descritos neste Termo de Referência serão solicitados, conforme a necessidade da Administração.

Os atendimentos ocorrerão mediante demanda formalizada pela Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria responsável pela execução da política pública de proteção e bem-estar animal, que fará o encaminhamento e controle dos beneficiários.

As cirurgias realizadas deverão seguir protocolos atualizados de boas práticas em medicina veterinária, com atenção especial à segurança anestésica, analgesia adequada e bem-estar animal.

##### **7.4.8.1. Tipos de procedimentos cirúrgicos**

Todos os procedimentos cirúrgicos descritos neste Termo de Referência, bem como cirurgias de urgência e emergência, para atendimento de animais em situação crítica, feridos ou com risco à vida.

a) Protocolo anestésico: A escolha da técnica anestésica será de responsabilidade do médico-veterinário, devendo ser adequada ao porte, espécie, idade, condição clínica e tipo de procedimento. Poderão ser utilizados protocolos de anestesia inalatória ou injetável, com monitoramento constante dos parâmetros vitais durante toda a cirurgia.

b) Analgesia e cuidados pós-operatórios: Deverá ser garantido protocolo eficaz de analgesia no pré, trans e pós-operatório, com o objetivo de minimizar a dor. Oferecer acompanhamento no período pós-cirúrgico imediato, incluindo controle de sangramentos, reações adversas e demais intercorrências, responsabilizando-se pela estabilidade do animal antes da liberação.

c) Estrutura física: As cirurgias deverão ser realizadas em ambiente específico, separado da área de atendimento clínico geral, com instalações adequadas, higienizadas e equipadas conforme as exigências dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária.

d) Responsabilidade técnica: Todos os procedimentos deverão ser realizados sob responsabilidade de médico-veterinário regularmente inscrito no CRMV/PR, que deverá assinar os registros clínicos e acompanhar a evolução do paciente até sua alta.

A clínica deverá manter registro informatizado individualizado por atendimento, contendo dados do animal, do tutor (quando houver), do procedimento executado, data, profissional responsável e demais informações clínicas relevantes, que deverão constar nos relatórios mensais de prestação de contas.

Os serviços contratados serão prestados em sede física da empresa contratada, em instalações adequadas, compatíveis com a legislação vigente, assegurando conforto, segurança, acessibilidade, ventilação, higiene e biossegurança.

A contratada deverá dispor de:

- Sala de consulta;
- Espaço específico para procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos;
- Equipamentos para exames laboratoriais e por imagem (raio-x, ultrassom), próprios ou por meio de serviços terceirizados
- Sala de medicação e observação;
- Condições para internamento de pequeno, médio e grande porte;

- Sistema de controle sanitário e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RDC nº 222/2018 – ANVISA);
- Equipe qualificada, composta por médico(s) veterinário(s) e auxiliar(es), conforme escala mínima compatível com a demanda contratada.

A contratada deverá garantir atendimento em horário comercial, de segunda a sexta-feira, com disponibilidade de atendimento em regime de plantão aos finais de semana e feriados, quando previamente solicitado e autorizado pela Administração. Os casos emergenciais deverão ser atendidos com prioridade, respeitando os protocolos clínicos e sanitários estabelecidos.

Os serviços serão remunerados por demanda efetivamente atendida, conforme os valores unitários estabelecidos no contrato, mediante apresentação de relatório mensal, com documentação comprobatória dos atendimentos realizados (fichas clínicas, laudos, registros fotográficos, quando aplicável) e validação da fiscalização municipal.

Caberá à Administração a fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidor designado, o qual acompanhará a execução contratual, analisará os relatórios mensais, validará os pagamentos e poderá solicitar, a qualquer tempo, visitas técnicas, auditorias documentais ou esclarecimentos.

A inobservância das exigências contratuais, sanitárias, éticas ou técnicas implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato administrativo e demais normas aplicáveis, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa do prestador.

**Os serviços compreendem:**

- a) Transporte dos animais (desde a recolha até a soltura) com condicionamento próprio até a clínica veterinária e devolvido a seu local previamente definido;
- b) Internação de um dia antes da cirurgia para realização de procedimento pré-operatório;
- c) Os serviços serão prestados nas dependências da contratada;
- d) Procedimentos cirúrgicos pré-operatório (hemograma completo, avaliação do animal e exames que o clínico considerar necessário (bioquímico, exame de ultrassom) jejum, tricotomia e internação;
- e) Procedimentos cirúrgicos trans-operatório (anestesia geral, técnica de antisepsia nos animais, material cirúrgico higienizado, esterilizado e de uso individual para cada paciente, o cirurgião e seu auxiliar devem estar devidamente paramentados com gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico.
- f) Os campos cirúrgicos utilizados na área cirúrgica devem ser esterilizados e de uso exclusivo por animal e por procedimento.
- g) Procedimentos cirúrgicos pós-operatório: unidade de terapia intensiva caso o animal necessite;

**7.4.9. Internamento para doenças infectocontagiosas:**

Conceito: internação de animais com doenças infectocontagiosas (como parvovirose, cinomose, esporotricose, FELV/FIV, etc.) que possua **área de isolamento físico e protocolos rigorosos de biossegurança**.

O internamento poderá ser prescrito em decorrência de:

- Quadro clínico agudo ou crônico que demande observação contínua;
- Condições pós-cirúrgicas que exijam suporte hospitalar;
- Realização de procedimentos terapêuticos ou diagnósticos sequenciais;
- Situações de risco iminente à vida ou à saúde do animal que não possam ser tratadas em regime ambulatorial.

**7.4.9.1. Da Execução:**

Durante o período de internamento, a clínica contratada deverá:

- a) Manter monitoramento clínico periódico, com registros evolutivos no prontuário do animal;
- b) Realizar a administração de medicamentos, fluidoterapia ou nutrição enteral/parenteral, conforme o caso;
- c) Garantir cuidados de conforto, assepsia e alimentação;
- d) Possuir infraestrutura com equipamentos adequados (gaiolas, bombas de infusão, suporte para oxigenoterapia, termômetro, materiais de primeiros socorros, etc.);



e) Garantir a presença de profissional técnico e supervisão veterinária durante o período de internação.

Cada diária de internamento corresponderá ao período de 24 horas, devendo ser formalmente registrada em prontuário clínico, com indicação da data de entrada, evolução clínica, procedimentos realizados e alta médica (quando houver), sendo o pagamento condicionado à comprovação documental dos serviços prestados.

O serviço de internamento está vinculado a encaminhamento médico-veterinário, seja após consulta clínica, plantão emergencial, cirurgia ou outro atendimento que justifique a necessidade de hospitalização.

7.5. Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause ao Município, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do serviço, objeto deste termo de referência, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

7.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

7.7. A prestação dos serviços entrega será acompanhada pelo responsável designado, e o recebimento definitivo será feito após a verificação das exigências citadas no edital e consequentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do início da entrega.

7.8. Estando de acordo com o previsto neste termo de referência, os bens serão recebidos definitivamente.

## **8 FONTE DE RECURSOS:**

**8.1** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 16.7

Ação: 2331

Fonte de Recursos: 1510

Elemento de Despesa: 333.90.39.9999

## **9 VIGÊNCIA:**

**9.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser prorrogado por igual período, desde que satisfeitos os requisitos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** Prestar os serviços sempre que solicitado, dentro do prazo estabelecido, contado do recebimento da Ordem de Serviço.

**10.1.2** Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, impostos, seguros, taxas, fretes e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado no Termo de Referência.

**10.1.3** Assumir integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

**10.1.4** Assumir integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que concerne às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de

trabalho previsto na legislação específica, bem como demais encargos que porventura venham a incidir sobre os objetos desta licitação.

**10.1.5** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**10.1.6** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**10.1.7** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.1.8** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**10.1.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.

**10.1.10** A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar os objetos do contrato.

**10.1.11** Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência Social e para aprendiz.

**10.1.12** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas no processo de licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

**10.1.13** Fornecer pessoal técnico e materiais necessários à fiel execução deste contrato.

**10.1.14** Possibilitar ao Município de Iguaraçu, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do CONTRATANTE.

**10.1.15** Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Município de Paranaguá.

**10.1.16** O Município de Paranaguá não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades.

**10.1.17** Atender prontamente quaisquer exigências do representante e do Município de Paranaguá inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

**10.1.18** Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.

**10.1.19** Demais disposições editalícias.

## **10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** Proporcionar todas as condições para que a Detentora da Ata possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

**10.2.2** Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Detentora da Ata, notificando-a para proceder à substituição.

**10.2.3** Efetuar com pontualidade o pagamento à Detentora da Ata, após o cumprimento das formalidades legais.

**10.2.4** Exercer fiscalização sobre o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

**10.2.5** Designará um representante da administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados.

**10.2.6** Fornecer as informações necessárias para o fornecimento dos bens, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.

**10.2.7** Receber/dar aceite aos bens e serviços entregues/realizados.

**10.2.8** Aprovar e atestar Nota fiscal/Fatura dos materiais, bens entregues, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao pagamento.

**10.2.9** Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da Detentora da Ata.

**10.2.10** Comunicar à licitante vencedora qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

**10.2.11** Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, como acesso às dependências do Órgão e a disponibilidade das informações pertinentes.

**10.2.12** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

**11.2** O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo(a) Secretário(a) Municipal requisitante e pelo(a) fiscal de contrato, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

**11.2.1** É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

**11.2.2** A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos

**11.3** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada no prazo supramencionado a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.4** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.5** O prazo estabelecido no item 11.2 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.5.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.6** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 4.319, de 17 de janeiro 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 4.319/2023. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 4.319/2023.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**13.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

### **14. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**14.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Municipal nº 4.319/2023 e neste contrato.

**14.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**14.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**14.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**14.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**14.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**14.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**14.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa

execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**14.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**14.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**14.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**14.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**14.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**14.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**14.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**14.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**14.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**14.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**14.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**14.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**14.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**14.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**14.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**14.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**14.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**14.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**14.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**14.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**14.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**14.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**14.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.



## **15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**15.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**15.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**15.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**15.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**15.5** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**15.6** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na execução dos SERVIÇOS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do Decreto Municipal n.º 5.263/2024.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma do Decreto Municipal n.º 5.263/2024.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **17. SUBCONTRATAÇÃO**

**17.1** Não será permitida a subcontratação do objeto.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 4.319/2023 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência (Licitações e Contratos).

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Paranaguá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome: